ERICA DO AMARAL MATOS

Cárcere e trabalho: significações, contradições e ambivalências

Dissertação de Mestrado

Orientação: Professor Titular Doutor Sérgio Salomão Shecaira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo | SP

2019

ERICA DO AMARAL MATOS

Cárcere e trabalho: significações, contradições e ambivalências

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob a orientação do Professor Titular Doutor Sérgio Salomão Shecaira.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo | SP

2019

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Matos, Erica do Amaral

Cárcere e trabalho: significações, contradições e ambivalências ; Erica do Amaral Matos ; orientador Sérgio Salomão Shecaira -- São Paulo, 2019.

220 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Trabalho prisional. 2. Execução penal. 3. Sociologia do trabalho. 4. Criminologia crítica. 5. Sistema prisional. I. Shecaira, Sérgio Salomão, orient. II. Título.

MATOS, Erica do Amaral. **Cárcere e trabalho: significações, contradições e ambivalências**. 2019. 220 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Professor: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Professor: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Professor: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Professor: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

*Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se
descobrem e, assim, descobrindo-se, com eles
sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.*

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Nós somos, certamente, um pouquinho de cada pessoa que nos cruzou em algum instante duradouro e um pouco de cada experiência que nos abraçou ao longo dos anos vividos.

Somos, inclusive geneticamente, um pouco dos nossos pais e avós; trazemos junto de nós nossos primeiros momentos – lendo, fazendo um amigo, descobrindo um gosto; levamos os ensinamentos e guardamos com carinho os professores queridos; somos um apanhado dos amigos, dos colegas, dos textos, dos filmes, das viagens, das memórias. O gosto por isso, o desgosto por aquilo. A escolha por esse ou aquele caminho. A mudança do título; a reestruturação do sumário.

Se de tudo fica um pouco, como eternizado por meu conterrâneo Drummond, é consequentemente impossível pontuar tudo e todos e a intensidade com que contribuíram para que chegássemos aonde chegamos – e aonde chegaremos.

Muito embora o caminho do mestrado tenha se mostrado, por vezes, bastante solitário, seu resultado final, materializado nesta dissertação, é também, como tudo em minha vida, a soma de muitas pessoas e tantas intensas experiências. A tudo isso e a todos esses sou imensamente grata.

Na impossibilidade de fazê-lo por completo, dirijo meus agradecimentos mais sinceros àqueles que deixaram sua marca de forma mais especial e direta nesses anos – e com quem divido a alegria deste trabalho, em nome de todos os demais.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, professor Sérgio Salomão Shecaira, por tudo o que me ensinou, pelo quanto me estimulou e pelo modo como me acolheu ao longo desses anos. O terei sempre como um grande exemplo de humildade, sabedoria e bondade. Obrigada por tanto, mas, sobretudo, obrigada pela oportunidade que me deu de conviver com um ser humano tão especial e pelo privilégio de tê-lo como orientador deste trabalho e da minha vida acadêmica.

À professora Ana Elisa Liberatore Bechara e ao professor Alamiro Velludo Salvador Netto, agradeço por terem se dedicado ao meu trabalho ainda em fase inicial e por todos os apontamentos, críticas, esclarecimentos e elogios feitos na ocasião da banca de qualificação – experiência que ampliou meus horizontes e também reestruturou minha pesquisa. Por vocês, guardo profunda admiração. Em vosso nome, agradeço aos demais

professores do Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia que também passaram pela minha formação e a todos os funcionários da Faculdade de Direito.

Aos colegas e amigos da pós-graduação, em nome de André Azevedo, Guilherme Lopes Barbosa e Luigi Barbieri Ferrarini, agradeço pela amizade construída e pela rede de apoio formada. Ao Rafael Strano, agradeço ainda pela disponibilidade e atenção despendida na leitura prévia do trabalho.

Agradeço aos meus avós, Adriano (em memória), Maria Terezinha e Francisco, ao meu tio Carlos Henrique e ao meu primo Gabriel: no abraço de cada um sempre encontrei afeto, carinho, amor, mas também inspiração. Vocês tornam o mundo melhor – o meu, inclusive.

Por fim, sou imensa e eternamente grata aos meus pais, Sandra e Adriano, aos meus irmãos, Felipe e Daniela e ao meu companheiro Fabrício. Obrigada por serem meus incentivadores, meus apoiadores, meus primeiros, únicos e suficientes fãs; meu colo, meu abraço, minha coragem. Sem vocês, não seria. Obrigada por dividirem comigo este e tantos outros sonhos.

*É a dor das coisas; o luto da mesa.
É o regimento proibindo assovios, versos,
flores. (...)*

*Carlos, dessa náusea,
Como colher a flor?*

João Cabral de Melo Neto (Carta a
Drummond)

*As leis não bastam.
Os lírios não nascem da lei.
Meu nome é tumulto, e escreve-se na pedra.
As coisas talvez melhorem.
- São tão fortes as coisas!*

*Mas eu não sou as coisas e me revolto.
Tenho palavras em mim buscando canal,
são roucas e duras,
irritadas, enérgicas,
comprimidas há tanto tempo,
perderam o sentido, apenas querem explodir.*
Carlos Drummond de Andrade (Nosso tempo)

*Se as coisas são inatingíveis. Ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos se não fora
A presença distante das estrelas!*

Mário Quintana (Das utopias)

RESUMO

MATOS, Erica do Amaral. **Cárcere e trabalho: significações, contradições e ambivalências**. 2019. 220 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

A presente dissertação tem como problema investigado o instituto do trabalho prisional, introduzindo a hipótese de sua utilização como legitimação do discurso dominante, porém falacioso, da pena privativa de liberdade, qual seja, a ressocialização. Para tanto, os seguintes temas são analisados, através de uma abordagem interdisciplinar com o direito, a sociologia e a criminologia, essencialmente: (a) o trabalho livre nas suas diversas acepções na história, com especial atenção ao atual contexto, de forma a traçar um panorama geral da dinamicidade de sua valoração social, por meio de revisão bibliográfica sobre o tema; (b) a origem das instituições prisionais e suas funções declaradas e latentes, com enfoque à prevenção especial positiva, na qual o trabalho prisional se insere; (c) o instituto do trabalho prisional, através de uma descrição histórica, de análise das legislações internacionais e pátrias e da realidade prática; (d) o sistema prisional brasileiro, fazendo uso de dados estatísticos, e como o trabalho prisional se insere neste cenário. Como objetivo geral, pretendeu-se analisar de que modo a valoração positiva do trabalho é inserida na execução penal. O instituto em comento é encarado, majoritariamente, como positivo e incontestado e, quando alvo de críticas, essas se concentram, no mais das vezes, na realidade prática de falta de vagas e parca diversidade no oferecimento e, em alguns casos, na não efetivação dos direitos sociais do trabalhador preso. Pretendeu-se, assim, aprofundar e inovar o debate ao trazer a crítica social do trabalho para a execução criminal.

Palavras-chave: Trabalho prisional. Execução penal. Sociologia do trabalho. Criminologia crítica. Sistema prisional.

ABSTRACT

MATOS, Erica do Amaral. **Prison and labour: meanings, contradictions and ambivalences**. 2019. 220 p. Degree (Master) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

The present research project has as a problem to be investigated the institute of prison labour, introducing the hypothesis of its use as legitimation of the dominant, but fallacious, speech of prison's functions, namely resocialization. To this end, the following themes will be analysed through an interdisciplinary approach to law, sociology and criminology, essentially: (a) the free labour in its various meanings in history, with special attention to the current context, in order to general overview of the dynamicity of their social valuation, through a bibliographical review on the theme; (b) the origin of prisons and their declared and latent functions, with focus on positive special prevention, in which prisoners labour is included; (c) the prison labour institute, through a historical description, analysis of international and domestic laws and practical reality; (d) the Brazilian prison system, through statistical data, and how prison labour fits into this scenario. As a general objective, it is intended to analyse how the positive valuation of the labour is inserted in the criminal execution. The prison labour institute is seen, mostly, as positive and uncontested; when criticized, the focus is often on the practical reality of lack of jobs opportunities and lack of diversity in the offer and, in some cases, the non-fulfilment of the social rights of the arrested workers. It is intended, therefore, to improve the debate by bringing the social critique of labour to criminal execution.

Keywords: Prison labour. Penal execution. Sociology of work. Critical criminology. Prison system.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. TRABALHO.....	21
2.1. A VALORAÇÃO DINÂMICA DO TRABALHO: DA NEGAÇÃO À DIGNIDADE	21
2.2. A FORÇA DE TRABALHO NAS DIFERENTES FASES DO CAPITALISMO: UMA MACRO-HISTÓRIA.....	27
2.2.1. Capitalismo insurgente	27
2.2.2. Capitalismo industrial: o sistema taylorista-fordista e o Estado de Bem Estar Social	31
2.2.3. Crise fiscal do Estado e neoliberalismo.....	36
2.3. CRÍTICA SOCIAL DO TRABALHO.....	42
2.3.1. O elogio ao ócio e o manifesto anti-trabalho de Lafargue	42
2.3.2. A dupla dimensão do trabalho em Marx	44
2.3.3. Um contraponto: trabalho e solidariedade social em Durkheim	48
2.4. TRABALHO NO BRASIL	50
2.4.1. Valoração do trabalho no Brasil: da escravidão ao capitalismo neoliberal	50
2.4.2. O trabalho positivado	59
2.4.3. Trabalho e emprego na contemporaneidade brasileira	61
3. SISTEMA PRISIONAL	64
3.1. ORIGEM DAS INSTITUIÇÕES PRISIONAIS.....	65
3.1.1 Cárcere, estrutura social e fábrica	67
3.1.2 Origem do sistema penitenciário: os modelos de Filadélfia e de Auburn.....	71
3.1.3. A história das prisões no Brasil	73
3.2. O PAPEL DAS PRISÕES: FUNÇÕES DECLARADAS E OFICIAIS DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	79
3.2.1. Teorias retributivas ou absolutas da pena.....	80
3.2.2. Teorias preventivas ou relativas da pena.....	83
3.2.2.1. Prevenção geral negativa e positiva	84
3.2.2.2. Prevenção especial negativa	87

3.2.2.3. Prevenção especial positiva.....	88
3.2.2.3.1. Crítica à prevenção especial positiva	90
3.2.3. Teorias mistas da pena.....	93
3.3. O VERDADEIRO PAPEL DAS PRISÕES: FUNÇÕES LATENTES E NÃO OFICIAIS DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	95
3.3.1. Direito Penal da dominação.....	96
3.3.2. Funções latentes da pena privativa de liberdade na contemporaneidade: cárcere sem fábrica.....	102
3.4. A INSTITUIÇÃO DA PRISÃO.....	108
3.4. A prisão e (alguns de) seus tentáculos.....	113
3.4.1. Mídia e medo: a naturalização da prisão pela sociedade.....	114
3.4.2. Alternativas e substitutos.....	119
4. TRABALHO PRISIONAL	125
4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO: DEFINIÇÕES, HISTÓRIA E FUNDAMENTOS:.....	126
4.1.1 Trabalhos escravo, forçado e obrigatório <i>versus</i> trabalho prisional.....	126
4.1.2. Formas de exploração da força de trabalho prisional	131
4.1.3. Histórico do trabalho prisional: a tentativa de um panorama global	133
4.1.4. Panorama brasileiro acerca do trabalho prisional: uma micro-história	140
4.1.5. Argumentos fundamentadores: a ressocialização pelo trabalho.....	146
4.2. PREVISÃO LEGAL DO TRABALHO PRISIONAL:.....	149
4.2.1 Regulamentação internacional sobre o trabalho prisional.....	149
4.2.2 Legislação brasileira	150
4.2.3 Apontamentos críticos sobre a legislação.....	154
4.2.3.1. A obrigatoriedade do trabalho	154
4.2.3.2. A não sujeição à Consolidação das Leis do Trabalho	159
4.3. ATENUAÇÃO DO SOFRIMENTO ATRAVÉS DO TRABALHO PRISIONAL:....	164
4.3.1. O tempo	166
4.3.2. Redução de pena.....	169
4.3.3. Outros benefícios na execução penal	172

4.4. DESCONSTRUÇÃO: UMA ABORDAGEM CRIMINOLÓGICA CRÍTICA DO TRABALHO PRISIONAL:	175
4.4.1. A disciplina dos corpos	176
4.4.2. Ressocialização pelo trabalho: a incorporação do discurso hegemônico do trabalho pela execução penal.....	178
4.4.3. A real função do trabalho prisional	184
4.5. BRASIL ENCARCERADO E TRABALHO PRISIONAL: A PRÁXIS	187
4.5.1. Sistema prisional brasileiro: uma fotografia.....	187
4.5.2. Prevenção especial positiva: a ressocialização no Brasil	192
4.5.3. Trabalho prisional na realidade brasileira	197
4.5.4. Mercado brasileiro à espera dos egressos: reintegrar onde não se integra	202
5. CONCLUSÕES.....	205
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	209

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é protagonista de um processo de encarceramento em massa que se encontra em constante ascensão, possuindo, hoje, a terceira maior população carcerária do mundo.¹ De acordo com dados oficiais estatísticos, afere-se que se prendem, essencialmente, jovens, pobres e negros, em uma clara política de criminalização da população marginalizada.² O sistema carcerário do país é cenário das mais diversas violações de direitos fundamentais, tendo, inclusive, o Supremo Tribunal Federal constatado a existência de um Estado de Coisas Inconstitucional.³ Aqui, mais do que à privação de liberdade – ainda que no seu cumprimento em sede cautelar, provisória ou antecipada –, sentenciam-se também à perda da integridade, da dignidade e de qualquer perspectiva de “reinserção” na sociedade. Além da liberdade, são suprimidos diversos outros direitos políticos, sociais e individuais. Essas privações muitas vezes atingem mais do que o próprio sentenciado, estendendo-se a familiares e pessoas próximas, em afronta ao princípio da intranscendência da pena.

Dario Melossi e Massimo Pavarini, sobre o surgimento das instituições prisionais na Europa, esclarecem que no modelo capitalista de produção as prisões aparecem como apropriação privada do trabalho coletivo, de forma a moldar o trabalhador falho para a disciplina da fábrica. Isto é, a disciplina daqueles que não aceitavam o discurso da nova ética do trabalho, na transição entre os séculos XVI a XIX.⁴ Ainda nos dias de hoje, em um contexto de capitalismo neoliberal e sociedade globalizada, a pena de prisão parece não cumprir com as suas funções declaradas, inclusive no Brasil.

¹ World Prison Population List (12th edition), Institute for Criminal Policy Research, nov. 2018.

² Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen, atualização de Junho de 2016. Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça e Segurança Pública: Brasília, 2017 (Infopen/2017); Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0: Cadastro Nacional de Presos, Conselho Nacional de Justiça, Brasília, agosto de 2018 (BNMP/2018).

³ (STF, RE 580.252/MS, j. em 06/05/2015.) Sobre a decisão, anota-se que, embora carregada de grande simbolismo e de chamada à atenção para um problema urgente, antigo e atual, esta traz consigo certa dose de conformismo. Após sua prolação, pouco se fez. A própria Corte continua a decidir em contramão a qualquer tentativa de atenuação do tal estado de coisas inconstitucional. A título exemplificativo, aponta-se o entendimento firmado nas Ações Diretas de Constitucionalidade 43 e 44, em 2016, sobre a possibilidade de início da execução antecipada da pena após condenação proferida pela segunda instância.

⁴ MELOSSI, Dario, PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica**: as origens do sistema penitenciário (Século XVI-XIX). Trad.: Sérgio Lamarão. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2010, p. 262/263.

De fato, o sistema de justiça criminal e o próprio Direito como um todo devem ser compreendidos sob a perspectiva dialética que funda a sociedade capitalista, baseada no antagonismo entre os possuidores de capital e os assalariados.⁵ O Direito Penal em específico permite a manutenção da estratificação social, garantindo a dominação de classes hegemônicas e a subordinação de classes subalternas. Simplificadamente, trata-se do Direito – e suas instituições – sendo elaborados pelos ricos, mas destinados aos pobres. Mas para que esse se sustente perante a sociedade, é imprescindível que venha acobertado por outras intenções – como a proteção de bens jurídicos, a prevenção e a remediação de crimes.

Nesse espectro, dividem-se as funções do Direito, do Direito Penal e, ainda mais estritamente, das penas, entre as reais (ou latentes) e as fictícias (as declaradas). Reconhecendo, portanto, o Direito Penal como instrumento de controle social, especialmente da população marginalizada, e a prisão como garantia deste poderio, que funciona como depósito de cidadãos que não se enquadram à lógica dominante, superam-se as funções declaradas.

O ordenamento jurídico brasileiro reconhece uma mista função à pena: a prevenção e a retribuição. No que tange à individualização, a prevenção diz respeito ao indivíduo, seja através de sua neutralização dentro do cárcere, impedindo que cometa novos crimes fora dele, seja por meio de uma técnica de transformação individual – a ressocialização. Com relação a esta, o trabalho prisional se apresenta como um dos instrumentos para a reinserção do apenado na sociedade, garantindo, ainda, outros benefícios como a ocupação do tempo, a remuneração e a remição de montante de pena a ser cumprida. É, portanto, o trabalho prisional o principal recurso invocado para a ressocialização. “Nada mais lógico,” constata Chies, “vez que o trabalho numa ética moderna e capitalista é o critério ‘oficial e

⁵ Ricardo Antunes utiliza a expressão “classe-que-vive-do-trabalho” para dar validade contemporânea ao conceito de classe trabalhadora de Karl Marx. A categoria proposta inclui a totalidade das pessoas que vendem sua força de trabalho, não se restringindo ao trabalho manual direto. Também engloba os trabalhadores improdutivos, cuja força de trabalho é utilizada na forma de prestação de serviços para uso público ou privado. Assim, a classe-que-vive-do-trabalho é composta por todos os trabalhadores assalariados, produtivos ou não (no sentido marxista de criação de produtos), formalizados ou não: são todos aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário. Essa compreensão também comporta os trabalhadores desempregados que foram excluídos do processo produtivo e do mercado de trabalho na fase de expansão do desemprego estrutural. O autor justifica sua abordagem da seguinte forma: “Como há uma crescente *imbricação* entre trabalho *produtivo* e *improdutivo* no capitalismo contemporâneo e como a classe trabalhadora incorpora essas duas dimensões básicas do trabalho sob o capitalismo, essa *noção ampliada* nos parece fundamental para a compreensão do que é a classe trabalhadora hoje”. ANTUNES, Ricardo. **Sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 102/103.

legítimo' da competência e instrumento da prosperidade, ainda que sua dinâmica concreta nas relações sociais admita a desigualdade a partir de seus resultados.”⁶

Na realidade, porém, o discurso se mostra fictício. O instituto do trabalho prisional frequentemente se apresenta como discurso legitimador da pena privativa de liberdade: como se os demais problemas inerentes ao sistema fossem desaparecer se, em uma conjuntura imaginária, todos os presos estivessem trabalhando. Assim, urge desmitificá-lo, seja pelo seu caráter jurídico, seja pelo viés ideológico.

Quanto ao primeiro aspecto, muito embora a Constituição Federal vede qualquer modalidade de trabalho forçado como pena, a legislação infraconstitucional prevê a obrigatoriedade do labor a todos os presos condenados definitivamente (artigo 31 da Lei de Execução Penal). Não obstante, apenas 16% da totalidade de inclusos no sistema trabalha.⁷ Ainda, a Lei de Execuções Penais (LEP) determina a insubordinação dos presos às regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e possibilita a remuneração inferior ao mínimo legal – garantias constitucionais.

Sobre a última perspectiva, isto é, a ideológica, é importante compreender em que momento histórico a valorização do trabalho foi incorporada no discurso dominante como a única forma de se viver com dignidade. Isso porque, historicamente, o labor era visto como pena, aflição e castigo. Além disso, na atualidade, as relações de trabalho se modificaram de tal modo que é impossível considerar algumas colocações de trabalho como forma alguma de dignidade. No entanto, o discurso da salvação do homem pelo trabalho continua a ecoar na legislação e também na execução penal.

Sendo a prisão um local extremamente cruel que submete indivíduos a condições desumanas e insalubres, a ocupação do tempo para que se amenize – ainda que por mínima fração de tempo – a condição de encarcerado é de toda apreciável. Na prática, contudo, tal ocupação não é tão digna e tampouco para todos. Na maioria das vezes, o trabalho na prisão consiste em ações completamente mecânicas e repetitivas, que dificilmente capacitarão o apenado para um emprego extramuros, ainda mais ao se considerar a situação de desemprego estrutural vigente na sociedade contemporânea. De que forma, então, o

⁶ CHIES, Luiz Antônio Bogo. Prisão – Tempo, trabalho e remição: reflexões motivadas pela inconstitucionalidade do artigo 127 da LEP e outros tópicos revisitados, p. 534 In: CARVALHO, Salo de (Org.). **Crítica à execução penal**. 2ª ed., rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 529-562.

⁷ Infopen/2017.

trabalho se insere no cotidiano prisional? Essa ambivalência entre vantagens e desvantagens será levada em consideração.

O objeto deste estudo é, pois, o trabalho das pessoas que se encontram cumprindo penas privativas de liberdade. A hipótese suscitada é a de que a noção jurídica valorativa do trabalho é incorporada na execução penal e o trabalho prisional, na roupagem atual de instrumento de ressocialização da pessoa presa, representa – e representou, ao longo da história, – objetivo diverso. O problema a ser investigado a partir das questões analisadas é a utilização do instituto do trabalho prisional como legitimação do discurso dominante da pena privativa de liberdade.

De uma perspectiva histórica, o tema do trabalho prisional não é tratado como uma categoria analítica individual. Contudo, reconhecendo a importância e necessidade de fazê-lo, tal como proposto por De Vito e Lichtenstein, esta pesquisa abordará o tema como categoria analítica específica, de forma a compreender tanto fatores objetivos e estruturais, globalizantes, como também fatores subjetivos e experienciais.⁸

Metodologicamente, a pesquisa é feita sob uma lente interdisciplinar, inserindo no campo do Direito Penal uma perspectiva sociológica e criminológica, utilizando-se da fonte material do Direito e da lógica dialética.⁹ Parte-se da premissa da desontologização do crime, rompendo com a epistemologia positivista e com paradigmas a esta inerente, como o atavismo, a eugenia, o racismo e a explicação causal do crime e do criminoso. Pressupõe-se, assim, sua despatologização e consequente politização. No âmbito garantista jurídico, a superação das teorias oficiais da pena, especialmente da teoria preventiva especial positiva, é imprescindível para o desenvolvimento da hipótese trabalhada.

O método dialético é utilizado como substrato para formulações teóricas, singularmente no que tange às estruturas da dinâmica social. Para a investigação dos principais temas propostos e para o desenvolvimento das ideias e conclusões, é utilizada, a

⁸ Considera-se a abordagem dos referidos autores bastante inovadora e conveniente para esta pesquisa, especialmente pela busca de “abordagens metodológicas que evitem as perspectivas eurocêtricas e apontem, ao invés, para as ligações transnacionais como um elemento constituinte dos regimes trabalhistas penais.” (Tradução livre). DE VITO, Christian G., LICHTENSTEIN, Alex. Writing a global history of convict labour. In: DE VITO, Christian Giuseppe, LICHTENSTEIN, Alex (Eds.). **Global Convict Labour**. Boston: Brill, 2015, p. 286.

⁹ “A mudança da fonte formal (a lei) para a fonte material (o modo de produção) do Direito significa trocar a lógica formal por uma lógica material (ou lógica dialética), utilizada pela Criminologia Crítica como método de pensar o crime e o controle social nas sociedades contemporâneas, embora a dogmática jurídica permaneça sob a égide da lógica formal, como lógica jurídica clássica.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal: parte geral**. 7ª ed., rev. atual. ampl. Florianópolis: Empório do Direito, 2017, p. 8.

partir do método indutivo, a digressão histórica¹⁰, a fim de compreender a evolução de determinados institutos no decorrer temporal e sua relação com o momento socioeconômico então vigente, a análise descritiva de dados e estatísticas para que se trace com maior fidedignidade o panorama sobre o qual se trabalhará e o dedutivismo através das premissas que serão colocadas.

Durante o desenvolvimento desta dissertação, deparou-se com a dificuldade colocada pela prevalência da doutrina estrangeira sob a nacional, em termos quantitativos, sobre o tema em específico. A maior parte da produção científica sobre trabalho prisional enquanto categoria de análise está na língua inglesa e foi produzida, sobretudo, nos Estados Unidos da América e nos países europeus. Deve-se mencionar, no entanto, importantes obras brasileiras sobre a temática que, ainda que sob outras perspectivas ou com finalidades diversas, colaboraram para o desenvolvimento das ideias aqui tratadas, de sua estruturação e também de seu conteúdo. Citam-se, como exemplo, os trabalhos de Robson Carvalho¹¹, Marcos Sloniak¹², Vinícius Brant¹³ e Maria de Nazareth Hassen¹⁴, especialmente pelo empirismo empregado em suas pesquisas, que permitiu a melhor elucidação da realidade na qual se debruçam.

Ainda, dentro do campo da execução penal, observou-se que a produção majoritária costuma versar sobre as problemáticas do encarceramento em massa e de seus corolários, com foco na situação prática do sistema penal. Por essa razão, estudos críticos globalizantes sobre institutos da execução, como o trabalho prisional, aparecem em menor escala. Essa constatação também foi feita por autores como Rui Alvim¹⁵, Isabella Jinkings¹⁶ e Erin Hatton¹⁷, ao tratarem sobre este mesmo tema, em 1991, 2013 e 2018,

¹⁰ A digressão histórica será utilizada, mas com atenção a não emprestar legitimidade aos próprios institutos trabalhados. Conforme alerta Rafael Mafei Rabelo Queiroz, a tradicional investigação histórica do Direito Penal gera um grande problema: “a sua atualidade ganha o respaldo de toda experiência do passado, o que serve para emprestar perigosa legitimação às práticas punitivas do tempo presente.” QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **A modernização do Direito Penal brasileiro**. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2007, p. 29.

¹¹ CARVALHO, Robson Augusto Mata de. **Cotidiano encarcerado: o tempo como pena e trabalho como prêmio**. São Paulo: Conceito, 2011.

¹² SLONIAK, Marcos Aurélio. **Trabalho prisional no regime fechado: entre a lei de execução penal e a realidade vivenciada**. Curitiba: Juruá Editora, 2015.

¹³ BRANT, Vinícius Caldeira. **O trabalho encarcerado**. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

¹⁴ HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **O trabalho e os dias: ensaio antropológico sobre trabalho, crime e prisão**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1999.

¹⁵ ALVIM, Rui Carlos Machado. **O trabalho penitenciário e os direitos sociais**. São Paulo: Atlas, 1991.

¹⁶ JINKINGS, Isabella. Cárcere e trabalho: gênese e atualidade em suas inter-relações. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

respectivamente. O lapso temporal demonstra a efetiva carência de produção sobre o tema. Imagina-se que um dos motivos para tanto seja, justamente, a existência de ambivalências e contradições que permeiam o instituto do trabalho prisional.

Quanto à estruturação, os capítulos desta dissertação tratam os temas propostos em pelo menos duas perspectivas. Em um primeiro momento, busca-se trazer uma macro-história para, então, mediar o tratado com especificidades da realidade brasileira. Isso porque não é possível a simples importação das teorias desenvolvidas nos países do capitalismo central, especialmente dentro do contexto europeu e estadunidense, sem que se faça uma mediação para a compreensão da realidade sul global, em destaque a latino-americana e a brasileira. A pesquisa se encontra dividida da seguinte forma:

No Capítulo 1, é dado enfoque à evolução das relações de trabalho e de sua valorização na sociedade, que sofreu radical transformação na história. Especificamente no Brasil, o trabalho já foi considerado indigno, pois destinado apenas aos escravos. Com o passar do tempo, pelas razões que se explicam no texto, criou-se a ideia de que o trabalho conferiria dignidade ao homem. Ocorre que, pela lógica de acumulação de capital, a dignidade se destina àqueles que possuem poder de compra, independentemente da origem: se do labor ou do ócio. Assim, àquele que trabalha nem sempre se confere a tal da dignidade. Mais do que isso, dentro de um contexto de desemprego estrutural, o próprio trabalho formal se tornou inalcançável para uma imensa parte da população. Questões como controle e alienação de classes através do trabalho, conjuntura neoliberal e precarização das relações do trabalho são analisadas.

No Capítulo 2, é introduzido o tema relativo ao sistema penal. São estudadas, ainda que brevemente, uma vez que este trabalho não se encontra na seara da dogmática, as funções declaradas da pena privativa de liberdade para, então, analisar se estas estão em de acordo com a realidade prática. Uma vez que o trabalho prisional comumente aparece como instrumento de concretização da prevenção especial positiva da pena, a esta é dada particular atenção, com fins de desmitificá-la. Superada esta teoria, passa-se às funções não declaradas da pena privativa de liberdade, com enfoque na contemporaneidade.

Por fim, no Capítulo 3, o tema do trabalho prisional é apresentado. Inicialmente, é traçado um histórico acerca de sua utilização na história do mundo ocidental e, de forma

¹⁷ HATTON, Erin When work is punishment: penal subjectivities in punitive labor regimes. **Punishment & Society**, New York, Vol. 20(2) 174–191, 2018.

mais específica, no Brasil. Investiga-se, assim, de que forma o discurso de valoração positiva do trabalho se insere na execução penal. Após a análise de sua regulamentação legal, é feita uma contextualização com a realidade brasileira, em que pequena parcela da população carcerária trabalha e, quando o faz, geralmente se ocupa de labores puramente mecânicos que muitas vezes não encontram paralelo em profissões do mundo livre. Ao retomar a conjuntura exposta no primeiro capítulo, depara-se com a seguinte questão: em uma sociedade marcada pelo desemprego sistêmico, quais as perspectivas para os trabalhadores egressos? Faria sentido, então, postular o trabalho como instrumento de ressocialização?

Sabe-se que um discurso que se pretende crítico, especialmente no atual contexto mundial de desmonte de direitos, deve ser feito com todas as cautelas possíveis para que não sirva como narrativa justamente oposta à crítica. Assim, durante todo o desenvolvimento desta pesquisa, buscou-se analisar as contradições, as ambivalências e as volatilidades encontradas tendo como norte as indagações internas: *qual narrativa está sendo criada? A quem ela serve?* Isto é, buscou-se a todo o momento propor uma crítica capaz de oferecer respostas – mediatas e imediatas – emancipatórias.¹⁸

Na denominação de Boaventura de Sousa Santos, trata-se de uma *crítica da razão proléptica* a ser feita através da *Sociologia das Emergências*, cujo objetivo principal é “substituir um infinito que é homogêneo, que é vazio, por um futuro concreto, de utopias realistas, suficientemente utópicas para desafiar a realidade que existe, mas realistas para não serem descartadas facilmente”.¹⁹

Assim, como conclusão deste trabalho, buscou-se trazer como alternativas às (falsas) alternativas hoje existentes, valendo-se do uso contra-hegemônico da ciência hegemônica, proposto por Santos²⁰, possibilidades reais de um tratamento humano redutor

¹⁸ Empréstimo aqui a definição trazida por Gaudêncio Frigotto, na apresentação da edição brasileira da obra “Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social”, de Boaventura de Sousa Santos, sobre o que se entende como emancipação: “construir, na teoria e na prática, subjetividades rebeldes capazes de produzir uma alternativa à hegemonia conservadora e neoconservadora e seus feitos na ampliação da barbárie humano-social. Trata-se de uma busca incessante e sem prazo – com a paciência infinita da utopia – para criar as condições subjetivas e objetivas de superação das relações sociais capitalistas. E isso, na travessia, implica constantemente *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*”. FRIGOTTO, Gaudêncio. Apresentação. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Trad.: Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

¹⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Trad.: Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 37.

²⁰ Ibid., *passim*.

da vulnerabilidade, nos termos do que foi oferecido por Zaffaroni²¹, sem nunca perder de vista o foco da verdadeira transformação social e da utopia da revolução insurgente.

²¹ “Um programa concebido com essa base teria um objetivo claro e possível: esgotar os esforços para que a prisão se deteriore o mínimo possível, tanto para os presos quanto para a equipe de funcionários; permitir que, em cooperação com as iniciativas da comunidade, o nível de invulnerabilidade da pessoa se contraponha ao poder do sistema penal.” (Tradução livre). ZAFFARONI, Eugenio Raúl. La filosofía del sistema penitenciario en el mundo contemporáneo. In: Beloff, Mary Anne et al. (Org.). **Cuadernos de la cárcel**. Buenos Aires, No Hay Derecho, 1991, p. 51.

5. CONCLUSÕES

1. Atualmente, existe uma concepção normativa-valorativa acerca do trabalho que lhe atribui centralidade positiva na vida humana. A condição de trabalhador é capaz de construir identidades pessoais e categorizar personalidades. Àquele que trabalha, confere-se a qualidade de bom cidadão, atributo nem sempre dedicado àqueles que não se inserem no mercado do labor. Essa valoração, entretanto, se mostrou dinâmica no decorrer da história. Por muito tempo na Antiguidade até meados do século XIX, o trabalho possuía conotação negativa, sendo reservado apenas a seres inferiores, como os escravos. O momento de transformação do discurso acerca da valoração e da centralidade do trabalho na vida humana coincide com o desenvolvimento do sistema capitalista e de sua necessidade de angariar mão-de-obra para formação do mercado de trabalho. No Brasil, esse processo ainda ocorreu tardiamente, datando pouco mais de um século, tendo em conta a longa duração da exploração escrava de negros e indígenas e, posteriormente, da força de trabalho de estrangeiros.

2. A categoria do trabalho deve ser entendida em sua dupla dimensão: enquanto trabalho concreto, a atividade consiste na protoforma da vida humana, na condição de sociabilidade e de formação da sociedade e de desenvolvimento do ser humano; uma vez estranhado pelo modo de produção capitalista, isto é, a partir do momento em que o trabalhador se vê despossuído dos instrumentos de trabalho e obrigado, para sobreviver, a vender sua força de trabalho a um terceiro que detém aqueles meios, o trabalho adquire a dimensão abstrata. Através deste, é impossível que o indivíduo viva a sua subjetividade individual e seu crescimento cultural, intelectual e omnilateral, uma vez que passa a se sujeitar às normativas sociais determinadas pelos gerentes do capital. Dessa forma, o trabalhador não se reconhece no produto do seu trabalho e também não se reconhece, enquanto ser em sua totalidade, no seu tempo fora do trabalho. O trabalho alienado é incompatível com a emancipação do ser social, pois limita o desenvolvimento das capacidades humanas que possibilitam a evolução da individualidade.

3. Durante a história do capital, a exploração da força de trabalho do homem adquiriu formas variadas em suas particularidades. Com o desenvolvimento da indústria e de novas tecnologias, o indivíduo foi reduzido à condição de máquina e superexplorado nos espaços fabris que surgiram no século XX. Com a flexibilização advinda da crise do

sistema taylorista-fordista, a exploração foi reestruturada e a força de trabalho se tornou descartável. As principais características do mundo do trabalho contemporâneo são a precarização, a flexibilização, a informalidade e o desemprego.

4. Assim, tem-se que o trabalho passou de castigo e de pena para assumir a condição de honraria e também de segurança ao trabalhador. Tornou-se, ainda, exigência social e também um direito a ser garantido pelo Estado. Ao mesmo tempo, emana-se como espécie de privilégio, dada a condição estrutural do desemprego na contemporaneidade. Paralelamente, a desigualdade social se acentua e a classe-que-vive-do-trabalho é obrigada a se submeter a condições cada vez piores de labor, dentro e fora da formalidade e também da legalidade.

5. A história da formação do mercado de trabalho no mundo ocidental se confunde com a criação do próprio sistema prisional. Isso porque a pena de prisão enquanto pena autônoma surge no momento de desenvolvimento do capital nos países europeus, sendo utilizada, especialmente, para a constituição de uma massa de trabalhadores aptos a impulsionar o modelo de produção que surgia. Desde então, todos os sistemas penais passaram, de forma ou de outra, a incorporar o trabalho prisional.

6. As mudanças na forma de punir e os discursos dogmáticos justificadores da pena tendem a seguir as mudanças econômicas, sociais e políticas e a colidir com os objetivos de produção então vigentes. Dessa forma, as justificações assumem os caracteres retributivo e/ou preventivo. Tratam-se, na verdade, de discursos oficiais, mas não reais acerca das funções exercidas pela pena: as prisões funcionam como instrumento de manutenção da ordem capitalista e, portanto, servem à finalidade de perpetuação da estratificação social, de acumulação de capital e de gerenciamento das classes indesejadas.

7. Dentro do discurso oficial da pena, o trabalho prisional é instrumento que sempre se mostrou presente. Até mesmo na perspectiva da retribuição, o trabalho dentro dos cárceres pode aparecer como modo de agravar a penalidade, possuindo o caráter aflitivo. De outro lado, sob a égide da prevenção, o trabalho prisional se mostra como o principal mecanismo invocado para se alcançar a chamada “ressocialização” do indivíduo delinquente. Observa-se, portanto, que a valoração positiva acerca do trabalho extramuros é incorporada também na execução penal. Diante da própria incongruência da prevenção especial positiva, no entanto, tem-se que o discurso da salvação pelo trabalho intramuros é também falacioso.

8. Dentro do cárcere, o trabalho adquire um novo e específico sentido. Trata-se, para os presos, de um instrumento de atenuação do sofrimento imposto pela pena

privativa de liberdade: seja através da possibilidade de redução da pena pela remição, pela capitalização do tempo ou, ainda, pela possibilidade de benefícios e privilégios que podem facilitar a vida intramuros. Por suas particularidades, o trabalho prisional deve, portanto, ser estudado como uma categoria analítica individual.

9. Diante das contradições e ambivalências aqui levantadas, chegou-se à conclusão de que a real função do trabalho prisional – mascarada pelo discurso inalcançável da ressocialização – é a de camuflar os objetivos latentes da pena de prisão no capitalismo moderno, reforçando-se a ideologia dominante no discurso penal que sustenta as penas privativas de liberdade até os dias hodiernos.

10. No campo normativo, no contexto brasileiro, há, ainda, a necessidade de melhor regulamentação dos dispositivos referentes ao trabalho prisional. Em primeiro lugar, deve-se reconhecer a incompatibilidade da obrigação ao trabalho com a Constituição Federal. Em segundo lugar, os direitos advindos do trabalho exercido pelas pessoas presas devem estar em nível igualdade com o trabalho realizado extramuros, especialmente no que tange à efetivação dos direitos da Consolidação das Leis Trabalhistas e da garantia do salário mínimo. Essa reivindicação é necessária não porque se cultue o trabalho estranhado realizado também intramuros, mas porque a não sujeição dos direitos e garantias mínimas configura um reforço ainda maior da precarização já vivenciada pela classe-que-vive-do-trabalho fora das prisões.

11. A realidade brasileira acerca do trabalho prisional evidenciada pelos dados estatísticos e pelas pesquisas empíricas que foram aqui colacionadas sustenta as alegações previamente colocadas. Na prática, o trabalho prisional se mostra ainda mais estranhado e precarizado do que aquele realizado pela classe-que-vive-do-trabalho fora da prisão. Se já vulnerabilizado antes de seu ingresso no sistema penal e, provavelmente, já excluído do mercado formal do trabalho, o processo de aprisionamento acentuará ainda mais a vulnerabilidade que levou o indivíduo a delinquir e, mais do que isso, a ser criminalizado.

12. Por tudo o que foi estudado, analisado e aqui exposto, acredita-se que o tema deve ser pensado por perspectivas mediatas e imediatas. Se a emancipação do capital parece um discurso utópico, é preciso refletir sobre modos de superação das contradições trazidas *apesar do capital, apesar da pena privativa de liberdade, apesar do cárcere*. Afinal, incontáveis pessoas estão vivendo em condições deploráveis de vida e de exploração, completamente à margem do sistema central de produção, a ele submissos e dele dependentes. Essas mesmas pessoas estão, a todo o momento, sendo enviadas para os cárceres de todo o mundo, onde têm suas vulnerabilidades ainda mais acentuadas – quando

não são, de pronto, executadas e exterminadas. Dessa forma, como *aliviar* a dor causada por ter nascido fora da classe social que pode viver com alguma dignidade? Como *amenizar* o sofrimento provocado por ter nascido negro e, portanto, ser o alvo preferencial das políticas penais? A garantia do mínimo existencial deve ser o primeiro passo, seguido do respeito aos direitos fundamentais elencados nos ordenamentos internacionais e constitucional. É preciso pensar em formas capazes de reduzir as vulnerabilidades e as distâncias sociais, tendo sempre como o foco a verdadeira transformação revolucionária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. In: **Novos Estudos**, São Paulo, nº 43, novembro de 1995.
- ALBERGARIA, Jason. **Das penas e da execução penal**. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 1992.
- ALBORNOS, Suzana. **O que é trabalho**. 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986.
- ALVIM, Rui Carlos Machado. **O trabalho penitenciário e os direitos sociais**. São Paulo: Atlas, 1991.
- AMARAL, Cláudio do Prado, UDE, Walter. Remição pelo lazer e cultura. **Boletim do IBCCRIM**, vol. 266, Jan/2015.
- AMARAL, Cláudio do Prado. Trabalho e Cárcere. **Trabalho & Educação**, v. 26, n.1, p. 153-168, jan-abr 2017.
- ANDRADE, Vera Regina P. de. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan, ICC, 2012.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ANTUNES, Ricardo, PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. **Sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad.: Roberto Raposo. 13ª ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.
- ARNOLD, David, HARDIMAN, David (eds.). **Subaltern studies VIII: essays in honour of Ranajit Guha**. New Delhi: Oxford University Press, 1994, p. 148-184.
- ARTIACH, Pilar Fernández. **El trabajo de los internos em establecimientos**

penitenciários. Valência, Espanha: Tirant lo Blanch, 2006.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do Direito Penal.** (1999). Trad.: Juarez Cirino dos Santos. 6ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BARATTA, Alessandro. **Ressocialização ou controle social:** uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado. Universidade de Saarland, R.F.A. Alemanha Federal, 1990.

BARROS, Carmen Silvia de Moraes. **A individualização da pena na execução penal.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

BATISTA, Nilo. **Apontamentos para uma história da legislação penal brasileira.** Rio de Janeiro: Revan, 2016.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao Direito Penal brasileiro.** 11ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BATISTA, Nilo. **Punidos e mal pagos:** violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à Criminologia brasileira.** Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as consequências humanas. (1998). Trad.: Marcus Penchel. São Paulo: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Trad.: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas.** São Paulo: Martin Claret Ltda., 2000.

BECHARA, Ana Elisa Liberatore Silva. As mortes sem pena no Brasil: a difícil convergência entre direitos humanos, política criminal e segurança pública. In: SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; GOMES, Mariângela Gama de Magalhães (org.). **Estudos em homenagem a Ivette Senise Ferreira.** São Paulo: LiberArs, 2015, pp. 61/75.

BECHARA, Ana Elisa Liberatore Silva. Discursos de emergência e política criminal: o futuro do Direito Penal brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo** v. 103 p. 411 - 436 jan./dez. 2008.

BECHARA, Ana Elisa Liberatore Silva; CACICEDO, Patrick. Sobre la situación carcelaria en Brasil. Observaciones críticas. **Revista General de Derecho Penal**, v. 18,

2012.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 13ª ed. atualizada. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRANT, Vinícius Caldeira. **O trabalho encarcerado**. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

CACICEDO, Patrick. **Pena e funcionalismo: uma análise crítica da prevenção geral positiva**. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CAMARGO, Antonio Luis Chaves. **Sistema de penas, dogmática jurídico-penal e política criminal**. São Paulo: Cultural Paulista, 2002.

CAMUS, Albert. **O mito de sísifo**. Trad.: Ari Roitman e Paulina Watch. 10ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2018.

CANÊDO, Carlos, FONSECA, David S. (Org.). **Ambivalência, contradição e volatilidade no sistema penal: leituras contemporâneas da sociologia da punição**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

CARDONE, Marly A. Trabalho: direito ou dever? **Revista da Faculdade de Direito, Universidade De São Paulo**, n.º 60, p. 246-286, 1968.

CARMO, Paulo Sérgio do. **A ideologia do trabalho**. São Paulo: Moderna, 2005.

CARMO, Paulo Sérgio do. **História e ética do trabalho no Brasil**. São Paulo: Moderna, 1998.

CARVALHO, Robson Augusto Mata de. **Cotidiano encarcerado: o tempo como pena e trabalho como prêmio**. São Paulo: Conceito, 2011.

CARVALHO, Salo de (Org.). **Crítica à execução penal**. 2ª ed., rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

CARVALHO, Salo de. **Pena e garantias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

CASTRO, Lola Aniyar de, CODINO, Rodrigo. **Manual de criminologia sociopolítica**. Trad.: Amina Vergara. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Contra a servidão voluntária**. Org.: Homero Santiago. 2.^a ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

CHIES, Luiz Antonio Bogo. **A capitalização do tempo social na prisão**. São Paulo: Ibccrim, 2008.

CHIES, Luiz Antonio Bogo. VAREL, Adriana Batista. A ambiguidade do trabalho prisional num contexto de encarceramento feminino: o círculo vicioso da exclusão. **SER Social**, Brasília, v. 11, n. 24, p. 10-33, jan./jun. 2009.

CHRISTIE, Nils. **Crime control as industry: towards gulags, Western style**. Londres: Routledge, 2.^a ed., 1994.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia radical**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1981.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal: parte geral**. 7.^a ed., rev. atual. ampl. Florianópolis: Empório do Direito, 2017.

COELHO, Luiz Fernando, COELHO, Luciano Augusto de Toledo. O trabalho como categoria crítica. In.: HASSON, Roland, VILLATORE, Antônio César (Coord.). **Direito do trabalho: análise crítica**. Curitiba: Juruá, 2006.

COHEN, Stanley. The punitive city: notes on the dispersal of social control. In **Contemporary crisis**, v. 3, pp. 339-363, 1979.

COMPARATO, Fábio Konder. **A oligarquia brasileira: visão histórica**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

COSTA, Helena Regina Lobo da. **A dignidade humana: teorias de prevenção geral positiva**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2008.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Trabalho e Pena. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, v. 32, pp. 7/23. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1999.

COUTO, Mia. **Murar o medo**. Conferência de Estoril, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jACccaTogxE>> Acesso em: 10 jul. 2018.

DA SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 28.^a ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2007, p. 286.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** (1994). Trad. Marina Vargas, 1ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DE GIORGI, Alessandro. **A miséria governada através do sistema penal.** Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2006.

DE VITO, Christian Giuseppe, LICHTENSTEIN, Alex (eds.). **Global Convict Labour.** Boston: Brill, 2015.

DIETER, Mauricio Stegemann. **Política criminal atuarial:** a criminologia do fim da história. 2012. 300 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná.

DOS ANJOS, Fernando Vernice. **Análise crítica da finalidade da pena na execução penal:** ressocialização e o Direito Penal brasileiro. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2009.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Recordações da casa dos mortos.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** (1930). 4ª ed. Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

ENGELS, Friederich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** (1876.) Arquivo digital em *kindle*.

ENRIQUEZ, Eugène. O trabalho, essência do homem? O que é o trabalho? **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 17, n. 1, p. 163-176, 2014.

FELETTI, Vanessa Maria. **Vende-se segurança:** a relação entre o controle penal da força de trabalho e a transformação do direito social à segurança em mercadoria. Rio de Janeiro: Revan, 1 ed., 2014.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Curso crítico de Direito do Trabalho:** teoria geral do Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2013.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional.** 37. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico.** Trad.: Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Soberania e disciplina.** In: Microfísica do poder. Rio de Janeiro:

Ed. Graal, 19ª ed., 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 38 ed., 2010.

FREIRE, Christiane Russomano. **A violência do sistema penitenciário brasileiro contemporâneo: o caso RDD**. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Trad.: André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GIAMBERARDINO, André, ROIG, Rodrigo Duque Estrada, CARVALHO, Salo de (Orgs.). **Cárcere sem fábrica: escritos em homenagem a Massimo Pavarini**. Rio de Janeiro: Revan, 2019.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Manicômicos, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GOIFMAN, Kiko. **Valetes em *slow motion* – a morte do tempo na prisão: imagens e textos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

GOULART, Patrícia Martins. O significado do trabalho: delimitações teóricas (1955 – 2006). **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 12, n. 1, pp. 47-55, 2009.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. Trad.: Bernardo Joffily. São Paulo: Boitempo, 2002.

GUIMARÃES, Claudio Alberto Gabriel. **Funções da pena privativa de liberdade no sistema penal capitalista**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

GÜNTHER, Klaus. Crítica da Pena I. In: **Revista Direito GV**, V.2.n.º 2. São Paulo: jul-dez. 2006.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **O trabalho e os dias: ensaio antropológico sobre trabalho, crime e prisão**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1999.

HATTON, Erin. When work is punishment: Penal subjectivities in punitive labor regimes. **Punishment & Society**, New York, Vol. 20(2) 174–191, 2018.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios de filosofia do direito**. Trad. Orlando Vitorino. Lisboa: Guimarães, 1986.

HERIVEL, Tara. **Quem lucra com as prisões**: o negócio do grande encarceramento. Tradução Lívia Maria Silva Macedo, Renato Gomes de Araújo Rocha, Victor Caldeira de Medeiros. Rio de Janeiro: Revan, 1ª ed., 2013.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**: 1789 – 1848. (1962). 33ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015. Arquivo *kindle*.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora S.A., 1978.

JACKSON, Henry Theodore. Prison Labor. **Journal of Criminal Law and Criminology**, vol. 17, issue 2, article 7, p. 218-268, 1927.

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz, FULLER, Paulo Henrique Aranda. **Legislação penal especial**, volume 1. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

KANT, Immanuel. **Metafísica dos costumes**. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2003.

KARAM, Maria Lúcia. **Juizados especiais criminais**: a concretização antecipada do poder de punir, São Paulo: RT, 2002.

KOERNER, Andrei. O impossível "panóptico tropical-escravista": práticas prisionais, política e sociedade no Brasil do século XIX. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 35, v. 9, 2001. p. 211-224.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LAFARGUE, Paul. **Direito à preguiça**. 1880. Versão eletrônica. Edição eBooksBrasil.com.

LEAL, Juçara Fernandes. O trabalho Penitenciário. **Revista da Faculdade de Direito**, n. 22. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.

MAIA, Clarisse Nunes. NETO, Flávio de Sá. COSTA, Marcos. BRETAS, Luiz Marcos. (organização). **História das prisões no Brasil**, volume 1. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**, v. 1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1961.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2011

MASSARO, Camilla Marcondes. **Trabalho em tempos de crise**: a superexploração do trabalho nos Centros de Ressocialização Femininos do Estado de São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, 2014.

MASSARO, Camilla Marcondes. Trabalho no cárcere feminino: sentidos e perspectivas nos centros de ressocialização paulistas, pp. 147/171. In: GOMES, Mariângela Gama de Magalhães, FALAVIGNO, Chiavelli Facenda, MATA, Jéssica da (Orgs.). **Questões de gênero**: uma abordagem sob a ótica das ciências criminais. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

MATHIESEN, Thomas. **The politics of abolition**: essays in political action theory. Oslo: Universitetsforlaget, 1974.

MATOS, Lucas Vianna. Entre o discurso e a prisão: elementos para uma análise do trabalho prisional no Brasil contemporâneo. **Revista Eletrônica Direito e Sociedade**, v. 4, p. 123-144, 2016.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica**: as origens do sistema penitenciário (Século XVI-XIX). Trad.: Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2 ed., 2010.

MENDES, Igor. **A pequena prisão**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

MERCURE, Daniel, SPURK, Jan. (Org.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Trad.: Patrícia Chittoni Ramos Reuillard, Sônia Guimarães Taborda. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

MESSUTI, Ana. **O tempo como pena**. Trad.: Tadeu Antonio Diz Silva, Maria Clara Veronesi de Toledo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução penal**: comentários à Lei nº 7.210, de 11-7-84. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MOHLER, Henry Calvin. Convict Labor Policies. **Journal of Criminal Law and Criminology**, vol. 15, issue 4, article 8, p. 530-597, 1925.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro, FERRARI, Irany, MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. (Coord.). **História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho**. Homenagem a Armando Casimiro Costa. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2011. Arquivo *kindle*.

- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 23ª ed. rev. e atual. São Paulo: LTr, 1997.
- NOGUEIRA, Ataliba. **Pena sem prisão**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1956.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. 13ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016
- NUNES, Adeildo. **Comentários à lei de execução penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- NUNES, Adeildo. **Da execução penal**. 3ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- OLIVEIRA, Laura Machado de. **O direito do trabalho penitenciário**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.
- PASCHOAL, Janaina Conceição, SILVEIRA, Renato de Mello Jorge (Org.). In: **Livro homenagem a Miguel Reale Júnior**. Rio de Janeiro: Editora GZ, 2014.
- PAVARINI, Massimo, GIAMBERARDINO, André. **Teoria da pena e execução penal: uma introdução crítica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.
- QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **A modernização do Direito Penal brasileiro**. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2007.
- REALE JÚNIOR, Miguel (Coord.). **Código penal comentado**. São Paulo: Saraiva, 2017.
- RIOS, Rodrigo Sánches. **Prisão e trabalho: uma análise comparativa do sistema penitenciário italiano e do sistema brasileiro**. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 1994.
- ROCHA, Virna Fernandes Távora, LIMA, Tereza Cristina Batista, FERRAZ, Serafim Firmo de Souza, FERRAZ, Sofia Batista. A inserção do egresso prisional no mercado de trabalho cearense. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro, v. 7, n.4, out./dez. 2013, 185-207.
- RODRIGUES, Anabela Miranda. **A posição jurídica do recluso na execução da pena privativa de liberdade: seu fundamento e âmbito**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2000.
- RODRIGUES, Anabela Miranda. **Novo olhar sobre a questão penitenciária: estatuto jurídico do recluso e socialização, jurisdicionalização, consensualismo e prisão**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Novo currículo mínimo dos cursos jurídicos**. São

Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 1995.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Aplicação da pena**: limites, princípios e novos parâmetros. São Paulo: Saraiva, 2013

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Direito e prática histórica da execução penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

ROXIN, CLAUS. **Derecho Penal**: Parte general. Tomo I. Madrid: Editorial Civitas, 1997.

ROXIN, Claus. Sentido e Limites da Pena Estatal. In: **Problemas Fundamentais de Direito Penal**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. 2ª ed. Trad.: Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SÁ, Alvino Augusto de, SHECAIRA, Sérgio Salomão (Org). **Criminologia e os problemas da atualidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

SÁ, Alvino Augusto de. **Criminologia clínica e execução penal**: proposta de um modelo de terceira geração. São Paulo: Saraiva, 2015.

SÁ, Alvino Augusto de. **Criminologia clínica e psicologia criminal**. 5ª ed. rev., atual., ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo**: 1822 – 1940. 2ª edição. São Paulo: Fapesp, 2006.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. **Curso de execução penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. **Finalidades da pena**: conceito material de delito e sistema penal integral. USP: Tese de Doutorado, 2009.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. O trabalho como condição de liberdade na prisão processual. **Boletim do IBCCRIM**, n. 163, jun/2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Trad.: Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SHECAIRA, Sérgio Salomão, CORRÊA JÚNIOR, Alceu. **Pena e constituição**: aspectos relevantes para sua aplicação e execução. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.

SHECAIRA, Sérgio Salomão, VILARDI, Naiara. Cárcere foi um bom negócio. **Boletim do IBCCRIM**, v. 232, p. 3-4, 2012.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Exclusão moderna e prisão antiga. In: **Criminologia no Brasil**: história e aplicações clínicas e sociológicas. São Paulo: Campus-Elsevier, 2011.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Pena e Política Criminal: a experiência brasileira. In: **Criminologia e os problemas da atualidade**. São Paulo, Ed. Atlas, 2008.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-Maria. **A expansão do Direito Penal**: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais. Tradução Luiz Otávio de Oliveira Rocha. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SLONIAK, Marcos Aurélio. **Trabalho prisional no regime fechado**: entre a lei de execução penal e a realidade vivenciada. Curitiba: Juruá Editora, 2015.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Breves considerações sobre a história do Direito do Trabalho no Brasil. In: CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (Org.). **Curso de Direito do Trabalho – vol. I**: Teoria geral do Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2007.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Do direito à desconexão do trabalho. **Revista do Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social**, São Paulo, v. 1, n. jan/jun 2006, p. 91-115, 2006.

SOUZA, Luciano Anderson de, FERREIRA, Regina Cirino Alves. Discurso midiático penal e exasperação repressiva. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. n. 94, v. 20, 2012. p. 363-382.

TINOCO, Dandara, PELLEGRINO, Ana Paula. **Na porta de saída, a entrada no trabalho**: políticas para a expansão do emprego de presos e egressos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2018. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Na-porta-de-saida-a-entrada-no-trabalho-pressos-e-egressos.pdf>> Acesso em: 18 set. 2019.

TINOCO, Dandara. **O trabalho na prisão e na vida em liberdade: oportunidades e desafios da Política Nacional**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2019. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2019/05/2019-05-31-AE40_Trabalho-na-Prisao-PNAT.pdf> Acesso em: 13 set. 2019.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona: G. Gili., 1983.

VALOIS, Luís Carlos. **Processo de execução penal e o estado de coisas inconstitucional**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. (1905). São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Arquivo *kindle*.

WOLFF, Maria Palma; ROSA, Sônia Biehler. **Políticas de atenção ao egresso no Rio Grande do Sul**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2006.

WU, Wei, VANDER BEKEN, Tom. Understanding Criminal Punishment and Prisons in China. **The Prison Journal**, vol. 98, issue 6, 2018, p. 700-721.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. Trad. Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopez da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 5ª ed., 2010.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. La filosofía del sistema penitenciario en el mundo contemporáneo. In: BELOFF, Mary Anne et al. (orgs.). **Cuadernos de la cárcel**. Buenos Aires, No Hay Derecho, 1991.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal**. Rio de Janeiro, Revan, v. 1, 4ª ed., 2011.

ZALUAR, Alba. A polícia e a comunidade: paradoxos da (in)convivência. In: **Presença – Política e Cultura**. Rio de Janeiro, nº. 13, pp.144-53.